

# REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Eduardo do Nascimento



16ª SEMANA  
NACIONAL DE  
CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA  
Bioeconomia, Diversidade e Riqueza para o  
Desenvolvimento Sustentável



INSTITUTO  
FEDERAL  
Santa Catarina  
Câmpus  
Caçador



Ano 2020



# REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Eduardo do Nascimento



16ª SEMANA  
NACIONAL DE  
CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA  
Bioeconomia, Diversidade e Riqueza para o  
Desenvolvimento Sustentável

  
**INSTITUTO  
FEDERAL**  
Santa Catarina  
Câmpus  
Caçador

**Atena**  
Editora  
Ano 2020

**PÁTRIA AMADA  
BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL

**CNPq**

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

#### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

#### **Linguística, Letras e Artes**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

#### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## Rede Contestado de educação, ciência e tecnologia

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário:** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Karine de Lima Wisniewski  
**Edição de Arte:** Luiza Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Eduardo do Nascimento

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

R314 Rede Contestado de educação, ciência e tecnologia [recurso eletrônico] / Organizador Eduardo do Nascimento. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5706-244-9  
DOI 10.22533/at.ed.449200308

1. Rede de Educação, Ciência e Tecnologia do Contestado.  
2. Educação. 3. Ciência. 4. Tecnologia. I. Nascimento, Eduardo do.  
CDD 370.981

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

### CONTESTADO TEMPO PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Com os avanços da informatização e das redes de recursos externos, os territórios estão cada vez mais conectados. Com uma necessidade cada vez mais evidente de trabalho em rede e em conjunto, os pesquisadores e demais profissionais direcionam seus estudos e trabalhos para uma perspectiva cada vez mais unida e com fortes contribuições ao meio onde estão inseridos.

Nem sempre houve interesse em conectar as vivências do interior, a comunicação e seus processos tradicionais que se revelam essenciais à vida humana. De uns tempos para cá o interior ganhou voz e hoje se tecem diálogos, que nos parecem cada vez mais necessários, por intensificarem o acesso a práticas capazes de alterar as reduções das desigualdades em espaços antes nunca visitados sejam pelas iniciativas privadas ou públicas. No arcabouço geral da teoria da trílice-hélice, um movimento que engrena governo, universidade e empresa, há um desenho essencial para compreensão desta formação de capital, especialmente social, no bojo de uma estrutura necessitada de acesso, considerando a sociedade como base do modelo.

Mais que o capital meramente gerado em torno de uma exploração de mão de obra, é preciso colocar no cerne da questão a sociedade. Esta, sendo uma das beneficiárias das práticas de interiorização. Há de se dizer, e parece não ser exagerada essa visão, que a interiorização da rede federal de educação, ciência e tecnologia, para educação profissional e tecnológica, corrobora com essa interpretação.

Iniciada nos idos dos anos 2007, a interiorização torna-se uma pauta desenvolvimentista pelo governo Lula, sendo dali em diante um estopim de processos expansionistas e de interiorização seja pelo ensino superior com o REUNI (programa de reestruturação universitária, ou pelos programas de expansão da rede federal). Antes o acesso às universidades e institutos federais, antes conhecidos como CEFETs, se dava apenas em grandes centros e especialmente os inseridos nas regiões litorâneas, temos que nesse instante, novos rumos são levados a instalar campus em regiões com potencial de desenvolvimento e com alto índice de desigualdades.

Diante dessa celeuma, nota-se que a região do contestado se enquadra nesse quesito, especialmente quando observados alguns números pertinentes. Estes números expressados pelos indicadores adotados pelo governo do estado em seu programa de redução de desigualdades em 2016, ajuda a entender essa preocupação com o desenvolvimento local da região contestada.

Nesta seara, ainda mais intensa e preocupante, são os indicadores de violência, baixa escolaridade e acessibilidade em Caçador e demais municípios pertencentes a região central do contestado. Nisto vê-se que o processo de exclusão e silenciamento iniciado ainda quando da guerra, não se encerrou. O capital regional se concentra em poucas mãos, os salários são baixos e a exploração da mão de obra continua a todo o vapor. Tudo

isso ainda com cara de meritocracia, quando os serviços básicos de assistência e saúde sequer são prestados em essência para a comunidade local.

Diante desta pobreza, inclusive cultural, remontam às necessidades de entender as desigualdades no contexto do Contestado. Essa lacuna mais que exacerbada diante destes documentos e estudos, revelam ainda que a falta de acesso não só na educação, reflete também na cultura e seus processos formativos de sociedade. Historicamente, os cinemas da cidade viraram lojas de departamento. Não há um teatro local adequado e público formado para consumir estes produtos. Os espaços para artistas e demais entusiastas são quase nulos. Um processo de resistência com o tempo e com a cidade se desenha quando deste acesso: inexistente, porém não nulo, pois as paredes e muros da cidade reverberam este pensar.

Essa observação corrobora com o contexto das propostas que se ensaiam e se concretizam desde 2018 o Contestado. Com a instalação de campi tanto do IFSC quanto do IFC, além de um da UFSC em Curitiba, revelam da importância do contestado para práticas de educação, e seus efeitos de extensão e pesquisa. No entanto, essas instituições até então não conversavam, nem se conheciam de forma efetiva. Assim, atividades em rede praticamente eram inexistentes.

Com os cortes que atingem a educação de forma sistemática este processo de fala e comunicação, também se encontrava defasada e até mesmo desanimada em razão das dificuldades orçamentárias em torno da questão. Em 2018, um grupo de entusiastas capitaneados pelos servidores Letissia Crestani, museóloga do museu do contestado, do professor Júlio Corrente, da área de história e então coordenador do museu e da Cristiane Dobner, assessora da secretaria de desenvolvimento econômico de Caçador, tomaram por decisão propor às agências de fomento um plano de eventos.

Esses servidores públicos, somados a este autor, submeteram ao CNPq um pedido de recursos públicos para eventos de popularização da ciência no edital da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT, em 2018. Naquela oportunidade o texto desenvolvido, trabalhou a perspectiva da redução das desigualdades com uma grande contextualização de um temário emergente regional. Diante daquela oportunidade se desenhou os eventos de 2018, 2019 e 2020, consolidando uma rede de parceiros que agora conversa e dialoga em prol do desenvolvimento científico e tecnológico regional, sendo mais uma frente de discussões e debates que as instituições de ensino puxam na região.

Já em 2019, o grupo toma corpo com pesquisadores de renome e de caminhada científica para contribuir com essa popularização da ciência no contestado. Eduardo do Nascimento, doutor em engenharia de materiais, assume o comando conectando ao saber da academia, já excelentemente construído por Letissia Crestani, e as necessidades populares com as ideias de uma rede de desenvolvimento sustentável, e com construções de espaços multifacetados que integram o saber acadêmico e as emergências sociais enxergadas no contestado.

Em 2020, a ideia de um congresso do contestado, um segundo congresso aliás, se alinha às realidades dos IFs do interior. Sem tantos eventos e reuniões de popularização

do saber, constrói-se uma segunda edição do evento. O primeiro realizado em junho de 2019, concentrou um viés histórico e geográfico onde se concentram muitos estudos do contestado, mas abriu para discutir o hoje, o que fazemos aqui o que construímos no território. Um congresso com ar de produção local, e com o ouvir e o dizer dos caboclos e entusiastas ainda remanescentes de um contestado ávido por oportunidades.

Quando construída a agenda da proposta em 2018, a ideia nasceu de um sentimento de abandono da administração municipal que até então manifestava e organizava as iniciativas em relação a semana do contestado em Caçador. Nesta oportunidade, houve um desinteresse pelas autoridades públicas para realizarem os eventos. Nisso a comunidade, manifestada por líderes de movimentos e encampando a bandeira cabocla, solicitou os recursos ao CNPq para transformar em ciência o saber e o conhecimento popular, vez que os estudos e pesquisas em torno do contestado são imensos.

Neste ambiente, a semana do contestado toma um formato popular, encabeçado pela Prefeitura de Caçador, Museu do Contestado e o Instituto Federal de Santa Catarina, campus Caçador. A municipalidade manifestada pela Câmara Municipal de Caçador, da qual tinha um papel de também auxiliar a chamar a Semana do Contestado, edita alteração legislativa da qual sai das responsáveis pela organização do evento.

Dessa forma o evento passa a ser um compromisso apenas da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, da qual disponibilizou a estrutura de servidores e espaços para a realização dos eventos em rede. Eram os primeiros sinais de uma construção coletiva popular para as atividades, mas também pela própria propositura de uma agenda de continuidade em torno de uma proposta de que os eventos em torno do contestado não deveriam por concentrar apenas na semana do contestado, um sentimento anterior também exarado em outras oportunidades, mas por todo o tempo como identidade local.

Com isso nasce a propositura da ação em que se congrega a temática: Semana do Contestado: Um Olhar Científico na História de um Povo. O município de Caçador, bem como os municípios de Irani, Lebon Régis, Calmon, Matos Costa, Curitiba, Campos Novos, Rio das Antas, Videira, Fraiburgo, Santa Cecília e Timbó Grande, são localizados no meio oeste catarinense e fazem parte da região do Contestado, região que historicamente foi palco de um conflito que quase dizimou a população e concentrou a riqueza na mão de poucos, por isso é uma das cidades mais pobres do estado. Donald Schuler, na obra Império Caboclo, destaca a importância do Contestado, em seu texto vê-se, mesmo que literário, revela a amplitude do conflito, como sendo mais importante do que a semana de arte moderna, dez anos mais tarde.

Aliado a esses fatores históricos, os investimentos públicos também privilegiavam as regiões litorâneas e demoraram muito na sua interiorização, deixando a região com décadas de atraso. A ciência, a chegada de tecnologias, arte e cultura, por exemplo, foram as mais sacrificadas nesse processo. Nesta celeuma, percebe-se que grande parte da população de Caçador é de famílias carentes que tem como principal fonte de renda o trabalho assalariado nas indústrias da cidade. Isso ainda não mudou, porém alguns aspectos culturais, especialmente pelas autoridades públicas se revelam.

Ainda em 2018, destacamos enquanto equipe proponente, que a grande maioria da população não só de Caçador, mas de todo o corredor do Contestado, não possui acesso à cultura, noções de ciência e tecnologia. A maioria nunca sequer assistiu uma peça teatral, ou visitou algum museu, ou ainda têm noção das tecnologias regionais, da ciência popular, de que é possível fomentar hortas comunitárias nas escolas, ou tantas outras possibilidades científicas simples para melhorar o dia-a-dia do cidadão, especialmente os mais carentes. Desta maneira, dar visão a estrutura social e com isso realizar a “Semana do Contestado: um olhar científico para a história de um povo”, é uma forma de democratizar o acesso à arte, a cultura, a ciência, a tecnologia levando entretenimento, informação e conhecimento para a comunidade.

Por isso, projetos permanentes que visem empoderar as pessoas da região mais pobre de Santa Catarina fazem-se necessários para que a comunidade possa se desenvolver nessas áreas. É evidente investir no protagonismo da comunidade em fomentar novos movimentos culturais, de pesquisa científica, de conhecimentos agroecológicos, de ciência para atividades populares, de noções de agronomia, de ervas medicinais, de modo democrático e aberta. Essas ações visam conceder a comunidade um poder em que se reconheçam como detentoras de saber, livrando-os de intempéries que as condições de risco, porventura, possam ocasionar, isto pela democratização do acesso à ciência e tecnologia, além é claro, da educação, cultura e arte.

Dessa forma, a proposta visou e contemplou a região do contestado com um evento de abrangência regional e até nacional pela amplitude que foi o conflito, pela memória do povo, pela propositura de uma agenda de reconhecimento e empoderamento regional de modo a oportunizar mais acesso e oportunidades aos jovens, estudantes e toda a comunidade regional, pela ciência e tecnologia.

Assim, na semana proposta, houve atividades como, fomento de banners sobre a história do contestado no museu da cidade, de modo a construir a primeira semana acadêmica do contestado em forma de seminário, que depois cresceu e virou um grandioso congresso, em que os acadêmicos compartilharam e debateram seus estudos sobre o tema, junto da comunidade. A arte possui um papel íntimo na proposta deste texto, vez que dialoga intimamente com a cultura e cientificidade do conhecimento popular como espaço na universidade, mas no caso em tela, do instituto federal e também dos espaços públicos de guarda da identidade e história local.

Desta monta, fomentar a produção de arte e cultura locais, de modo a contribuir no caráter científico regional, como o artesanato, as pessoas acabam encontrando mais que um “bico”, elas encontram uma prática que age na elevação da autoestima e da renda familiar. Com estas ações, além da perspectiva de atividades autônomas, o indivíduo pôde resgatar objetivos de vida profissional e pessoal, porque a partir da experiência que os participantes tiveram, houve um despertar e um aprimorar dos seus conhecimentos na área, a ampliar as suas atuais possibilidades. Mais que uma semana de conhecimento científico, foi um convite a revisitar a própria identidade do povo caboclo.

É importante ressaltar que a atividade buscou articular os conhecimentos e a

indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão nas áreas que foram demandadas pela comunidade do local e pelas possibilidades das instituições parceiras de atender a esses pedidos. As atividades tiveram forte caráter de extensão porque o evento foi realizado nas comunidades das regiões e cidades parceiras incluindo atividades em bairros chave, como o bairro Martello, o mais populoso do município de Caçador, cerca de 13 mil habitantes, segundo o Censo 2010, onde hoje se encontra em maioria o caboclo moderno.

Desta maneira, como a realização do evento, tivemos bastante êxito em estimular a divulgação científica das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas, visto que a história e o direito, por exemplo, foram bastante exacerbados durante este evento, através de publicações e afins. Vale salientar que o conhecimento de um contestado atual perpassa para o conhecimento aqui gerado, vez que as instituições locais geram ciência e aprendizado e mesmo com uma globalização e mais conectividade entre as pessoas, ainda é dificultosa essa partilha com estudantes e pesquisadores no interior.

Desta monta, o evento fomentado em que de fato houve a produção de arte e cultura locais, de modo a contribuir no caráter científico regional, como o artesanato, as pessoas acabam encontrando mais que um “bico”, elas encontram uma prática que age na elevação da autoestima e da renda familiar. Nessas ações, insta mencionar o laboratório de costura do IFSC, fora do câmpus, com a ideia maior de popularizar o acesso a formação e a ciência em comunidades carentes de Caçador.

Com estas ações, além da perspectiva de atividades autônomas, o indivíduo pode resgatar objetivos de vida profissional e pessoal, porque a partir da experiência que os participantes terão, poderão desejar aprimorar os seus conhecimentos na área ampliar as suas atuais possibilidades. Programas como mulheres sim, e formações de extensão enquanto receptivo às demandas dos gargalos sociais existentes, são muito essenciais para a redução de desigualdades no corredor.

Desta maneira, com o benefício financeiro do projeto, foi possível estimular a geração de conteúdos e o compartilhamento de experiências de divulgação e popularização da ciência, como ferramentas de ensino formal e não formal (material impresso, brinquedos educativos, experimentos, jogos, vídeos, softwares, aplicativos), especialmente no primeiro congresso nacional do contestado, realizado em junho de 2019.

Ainda no âmbito das instituições de ensino e de outros organismos científico-culturais, tal como as hortas comunitárias em escolas modelos da região, a limpeza de uma determinada região carente da cidade pela comunidade, conhecido regionalmente como “puxirão”, celebrando a importância e celebração regional dos aspectos científicos e populares, viabilizando uma horta e jardim sensorial com base no conhecimento caboclo local visando uma popularização e interiorização da ciência, também foram realizados.

Em 2019 não é exagero dizer que houve um dos maiores eventos de popularização da ciência no corredor do Contestado: o Primeiro Congresso do Contestado. Este evento construído entre as paredes do IFSC e do IFC, transbordou e foi para as comunidades como acesso e popularização da ciência. Construído durante um ano, o congresso sai

do comum cientificamente dizendo, e vai para uma realidade de Instituto Federal, com apresentação do método e das práticas de pesquisa para alunos de ensino médio, estes como protagonistas do fazer ciência.

O papel do IFC através de seu Núcleo de Estudos do Contestado, é exemplar. A agenda proposta pelo grupo se pauta e muito nas necessidades locais. Quando falo das dificuldades de dialogar entre as instituições o IFC nos ensina que pela extensão é um caminho exemplar a seguir. O IFC ajudou a desenhar não só o congresso do contestado, mas a IV Semana do Contestado de Caçador, transformando a ação em um evento de caráter regional e estadual, como objetivava os recursos da chamada. A UNOESC também possui um papel nesta popularização evidenciado pelo trabalho e companheirismos de membros da equipe que abraçaram a causa, junto da UFSC e tantas outras instituições parceiras dos eventos.

Mais uma semana do contestado se constrói com as pessoas, vez que como dito anteriormente, esse foi um importante passo para a reunião de pessoas em torno da comunidade. Em 2019, a temática foi de meio ambiente, e sua preservação, em que muitos ensinamentos e afins se pautaram a ponto de revisitar conhecimentos populares e demais estruturas necessárias da comunidade. Para 2020, havia ações em rede e sistêmicas, como ciclo de oficinas e atividades extramuros, porém devido a cenário da pandemia, todas essas ações restaram prejudicadas em continuidade. Muito mais que uma relação meramente acadêmica, essas oficinas certamente mexeriam com o imaginário e o conhecimento popular, conectando a ciência com as ações e práticas para redução das desigualdades.

Para onde rumamos na continuidade, para este pensar de redução de desigualdades no contestado? Certamente o interesse deve ser muito além do que uma mera agenda, e sim um convite a comunidade a expressar anseios e vontades. O IF, é uma escola, como qualquer outra, com a estrutura adequada para cursos e formação profissional e tecnológica. No entanto, é no âmago de suas propostas legais que residem esse encontro: o de fomentar ações e cursos capazes de desenharem uma estrutura que esteja em acordo com os anseios locais.

Tem sido uma missão dificultosa a de construir uma agenda nesse sentido no Contestado, mas não pensamos em desistir nesse momento. Buscar agregar aqueles que se identificam com a causa, e com as temáticas que reduzem desigualdades, é um importante passo a ser consolidado nas agendas de relações e contatos seja da administração e afins.

Como disse um autor, o contestado continua lá e aqui. Portanto é preciso olhar para essas incongruências históricas e construir a partir daí uma relação íntima com o desenvolvimento. Esse desenvolvimento está longe da visão gourmet de inovação ou desse desenvolvimento pelo capital. A partir daí se discute uma inovação social que remonta a necessidade de reconhecer saberes e competências e que dessa forma trata de gerar identidade àqueles desprovidos de capital e esperança.

Essa é a função dos IFs na redução das desigualdades, uma delas aliás. Dito isso devem se somar a essa luta todos aqueles que veem alguma coisa disforme na sua

comunidade e em si mesmo. Com isso fica o convite a reflexão de construir uma região, uma cidade, um bairro, uma comunidade em que estamos inseridos, e o papel transformador individual somado os grupos, revela uma máxima: juntos podemos.

O Contestado vive e nós, que vivemos nele, dele, sigamos juntos pela redução das desigualdades.

Este livro é uma coletânea de artigos científicos e relatos de projetos produzidos recentemente pelos pesquisadores das instituições públicas que formam a Rede de Educação, Ciência e Tecnologia do Contestado e colaboradores. Esta rede visa a ampla divulgação e popularização da ciência. Os textos deste livro entremeiam um debate interdisciplinar, de forma a reconfigurar narrativas sobre o espaço cultural, sócio-ambiental e histórico-geográfico do Contestado. A emergência destes estudos e ações, que trazem diversas linhas de abordagens dos processos que se configuraram neste território, são fundamentais para romper com a invisibilidade e o abandono da cultura cabocla. Os 21 capítulos proposto mostram o desenvolvimento regional das ciências aplicadas, da educação e das políticas públicas, sobretudo, enfatizam os aspectos culturais e conflitos que permeiam o Contestado. Por fim, este livro pretende atender a demanda por leituras sobre o contexto atual de pesquisa e extensão na região do Contestado. Agradeço imensamente pela sensibilidade da artista Maní e pela aquarela “Maria Rosa do Contestado” que ilustra a capa deste livro.

William Douglas Gomes Peres (IFSC/Caçador)

## PREFÁCIO

**Márcia Janete Espig**  
(UFPel/Pelotas)

**Márcia Elisabete Schüler**  
(IFC/Videira)

### **O CONTESTADO VIVE! A FORMAÇÃO DE UMA NOVA IRMANDADE CABOCLA**

O movimento do Contestado, guerra civil que incendiou um vasto território localizado entre os estados de Santa Catarina e Paraná, foi um acontecimento histórico sangrento, marcante, traumático. Traumático, sobretudo, para a população pobre que nele lutou, muitas vezes descrita como população cabocla. Quando falamos sobre os caboclos do Contestado, não nos referimos à cor de pele, a uma etnia ou a grupos humanos miscigenados, mas queremos significar o termo “caboclo” para a descrição de indivíduos que possuem um tronco cultural em comum. Mais do que um tipo físico, um tipo cultural. E no caso da região Contestada, pensamos o caboclo imerso em uma cultura de profunda devoção religiosa; de crença em São João Maria; de respeito pela natureza; de acolhimento; de fortes laços comunitários. Parte dos migrantes vindos de outras regiões do país, ou mesmo imigrantes, “acaboclarão-se”, ou seja, vivenciaram e tomaram para si esse modo de ser e de viver. Uma vida simples, mas bela em muitos de seus preceitos. Através desse modo de pensar, durante a Guerra uniram-se em fraternidade e comunidade, em torno da Santa Religião, onde todos eram “irmãos e irmãs” e onde “quem tem mói, e quem não tem mói também”. Naquele momento de conflito, essa forma de pensar o mundo não foi bem aceita por uma cultura elitista e urbana, tendo sido descrita de maneira preconceituosa através de jornais e outras narrativas.

Os primeiros julgamentos vieram logo após sua primeira reunião em Taquaruçu, junto ao Monge José Maria. O jornal Folha do Comércio, de Florianópolis, em setembro de 1912, considerava que a junção dos sertanejos seria produto de sua extrema “ignorância”, causada pela “falta de escolas” e “abandono”. Essa forma de pensar aparece em muitos periódicos, sendo os caboclos continuamente avaliados. Nesse primeiro momento, a principal acusação é a de ignorância ou, como diziam alguns, “falta de cultura”, ou inclusive “espíritos atrasados”.

Os epítetos preconceituosos permaneceram e se ampliaram à medida que a Guerra evoluiu. Aquele primeiro momento, de reunião e comunhão fraterna, evoluiu para uma postura de autodefesa, primeiramente na Batalha do Irani, e posteriormente nas Cidades Santas, que passaram a se organizar no final de 1913. Os ataques por parte das forças oficiais, constituídas pelas Forças Públicas do Paraná e de Santa Catarina, pelo Exército Nacional e por vaqueanos ligados aos coronéis da região, dizimaram mulheres, crianças e idosos, gerando a revolta dos caboclos, personagens historicamente espoliados pelo

sistema capitalista que se impunha.

A partir desses acontecimentos, e da reação às inúmeras violências sofridas, o sertanejo passou a ser avaliado mais duramente e os adjetivos passaram a ser mais cruéis. O mesmo jornal anteriormente citado, em dezembro de 1914 vai chamar os rebeldes de “bandidos” e “salteadores vulgares”. Aliás, “bandidos” e “jagunços” são dois dos termos mais comuns para descrevê-los, e repetem-se em inúmeras fontes históricas que falam sobre o Movimento. Além dos jornais, podemos citar livros escritos por militares que participaram da repressão e que usam termos semelhantes.

Para se ter uma ideia, o primeiro tenente Herculano Teixeira d’Assumpção, que chegou à região em 1915, afirmou que os moradores locais eram pouco trabalhadores, além de bárbaros, selvagens, bandidos, chegando a chamá-los de “monstros”. Em livro publicado em 1917, afirmou que ali vivia “[...] uma população numerosa, sem o mínimo resquício de sentimento humano...” O mesmo tom foi empregado em documentos produzidos no calor da hora, tais como Autos de Perguntas e Inquéritos realizados com rebeldes capturados ou que se apresentaram às forças legais. Nessa documentação, foram chamados de “tipos torpes, bandidos e gatunos”, bem como “vagabundos da pior espécie”. Termos semelhantes são encontrados em outros materiais, tais como relatórios ou partes de combates. Facínoras, jagunços, bandidos, alucinados, hediondos... Termos fortes e injustos, ao descrever uma população que estava a defender seu chão, sua família e sua cultura.

Por muito tempo, essa terminologia persistiu em boa parte dos livros produzidos sobre o Contestado. Até os dias de hoje, eventualmente encontramos obras que tratam os rebeldes por “jagunços” ou, o que é mais comum, por “fanáticos”. Dentro da maior parte das obras acadêmicas, contudo, esses termos não somente foram abandonados, mas também criticados. Hoje, não faz sentido tratar os caboclos ou sertanejos do Contestado por palavras elitistas ou arrogantes. Combater esse tipo de preconceito tem sido uma batalha travada por historiadores, sociólogos, antropólogos, geógrafos, folcloristas, agentes culturais, dentre outros estudiosos contemporâneos. A percepção atual acerca da legitimidade da luta sertaneja e sobre a riqueza cultural daquelas populações traz contornos positivos à memória e à identidade dos homens e mulheres, moradores atuais do ex território Contestado.

Com todas as arbitrariedades sofridas, não apenas no campo de batalha, mas também no campo simbólico, não causa estranheza que por muitas décadas o Contestado tenha sido um assunto tabu no próprio local que em que ocorreu. Logo após a destruição do reduto de Santa Maria, que geralmente assinala o final do movimento, houve na região aquilo que o pesquisador Maurício Vinhas de Queiroz chamou de “fase do açougue”. A expressão é autoexplicativa, e designa um momento em que a maior parte das forças militares se retirou, deixando a cargo de alguns piquetes o trabalho de “limpeza”, quando parte dos rebeldes restantes foram caçados e assassinados impiedosamente. Era necessário, então, para própria sobrevivência física, não falar sobre a Guerra, esconder-se, negar proximidades. Soma-se a isso toda a carga representada pelo uso de termos e expressões que analisamos mais acima: fanáticos, bandidos, jagunços... Esse

processo, em conjunto, causou um retraimento das memórias, das narrativas sobre as vivências, da fala sobre o trauma causado pela Guerra. Tudo isso deveria, forçosamente, ser reprimido no campo do pensamento. E assim viu-se o silenciamento do caboclo, a violência simbólica, o represamento das experiências vividas, a impossibilidade de falar sobre o passado. Mas essas memórias estavam lá, e calavam fundo. Em grupos íntimos, familiares, esse lembrar era possível, senão necessário. Em público, porém, jamais se assumir “jagunço”, não relembrar as cidades santas, nem a experiência de vida igualitária e comunitária.

Por décadas persistiu esse silenciamento na região. Aos poucos, porém, diferentes tipos de ações foram alterando esse quadro. Pesquisadores e estudiosos, interessados em historiar o período da Guerra, começaram a percorrer tais espaços. Além dos documentos escritos, buscavam os testemunhos orais, as falas, memórias e lembranças dos remanescentes do movimento, ou de seus descendentes. A esse interesse o caboclo respondeu ressabiado, por vezes preocupado. Afinal, não poderia ser esse pesquisador um sucedâneo daqueles que o alcunhavam bandido? Não seria também um representante daquela cultura elitista, preconceituosa, responsável por uma violência física e simbólica de tamanho difícil de ser mensurado?

Certamente esse não foi um processo fácil para os caboclos. Aos poucos, contudo, o interesse vindo de fora da região foi sendo percebido como legítimo, trazendo um lembrar sobre o passado. Em certo sentido, os pesquisadores reafirmavam aos remanescentes do conflito a importância de seu protagonismo durante a Guerra. Reafirmavam seus marcos identitários, desejavam saber sobre as Cidades Santas, se interessavam pelos personagens que lá viveram, valorizavam sua fé no Monge e na natureza. Esse movimento teve início pelas décadas de 1950 e 1960, e continua ativa até os dias de hoje. Se já não temos remanescentes vivos de uma guerra mais que centenária, temos seus descendentes, suas memórias familiares, indiretas mas não menos importantes. E a fé no Santo Monge, essa persiste, e se materializa em cruzeiros, capelas, águas santas, ermidas, cavernas, grutas... Continua a fascinar pesquisadores de variadas áreas de conhecimento, além de artistas, cineastas, dramaturgos, entre muitos outros.

Nesse processo de posituação da memória, o poder público também teve sua importância. Em nível estadual, nas décadas de 1980/1990 o governo catarinense passou a celebrar a riqueza da história contestada. Destacando o protagonismo dos caboclos, símbolo da “luta dos pequenos” frente a injustiças sociais e políticas, o estado estimulou estudos, publicações, vídeos, além da implantação de marcos e placas em locais significativos, tais como espaços onde ocorreram batalhas ou existiram Cidades Santas. Essas ações refletiram uma guinada do discurso oficial. Os homens e mulheres do Contestado passavam de bandidos a heróis, defensores do solo Contestado frente a forças espoliativas. Outra iniciativa importante foi a construção do Parque Temático do Contestado, em Irani, no local em que ocorreu a famosa Batalha. Embora o projeto inicial não tenha sido realizado em sua totalidade, serviu para promover a preservação daquele sítio, criando um local de memória educativo para as novas gerações. Em 2001, a bandeira

do Contestado foi reconhecida oficialmente pelo governo estadual como símbolo regional do Estado de Santa Catarina, podendo ser hasteada em eventos oficiais. No ano seguinte, outra lei instituiu a Semana do Contestado, a ser lembrada anualmente, entre os dias 20 e 27 de outubro.

Outros grupos sociais, mais ou menos na mesma época, também dedicavam atenção ao conflito e o transformavam em referência. Em 1986 a região de Taquaruçu recebeu a Primeira Romaria da Terra em Santa Catarina, ligada a diferentes grupos sociais, tais como as Comunidades Eclesiais de Base e as pastorais operárias. Diferentes símbolos e referências relacionadas ao Contestado passaram a ser apropriadas por diversos movimentos sociais contemporâneos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

Toda essa agitação, de reconstrução identitária, de positivação de memórias e de reposicionamento histórico dos personagens do Contestado não estaria completo se não houvesse um forte movimento interno, nas comunidades, entre as populações descendentes dos caboclos. Não temos aí um processo único ou combinado, mas diferentes processos ocorrendo em várias cidades que compõem hoje a região outrora contestada. E nesse ponto devemos lembrar a ação de homens e mulheres que, cada qual em sua comunidade, fizeram e ainda fazem a diferença ao promover a rememoração acerca do conflito por diferentes vias. São muitas experiências, várias delas ainda em movimento, em locais como Caçador, Lebon Régis, Fraiburgo, Calmon, Matos Costa...

Sendo impossível citar aqui todas esses experimentos e todos os agentes culturais envolvidos, pensamos homenagear a todos e todas na pessoa de um de seus precursores, o falecido folclorista Vicente Telles, um ativista que fez da sanfona sua arma e recompôs a história e a memória sobre o Contestado na região de Irani. Participou da idealização do Parque Temático do Irani, incentivou o ensino escolar e a rememoração através de dramatizações, declamações e música. Encheu os olhos e os corações em sua comunidade. Vemos hoje movimentos variados, cada qual com sua especificidade, mas que buscam, em cada local, objetivos semelhantes: o resgate da identidade cabocla, a positivação dessa identidade, e o repensar sobre as dolorosas memórias acerca da Guerra do Contestado.

Em meio a esse percurso, surge um importante evento, que dialogou não apenas com a produção acadêmica sobre o Contestado, mas também com as iniciativas de resgate cultural acima mencionadas. O Primeiro Congresso Nacional do Contestado, ocorrido em junho de 2019, teve lugar em Caçador e acolheu a comunidade local de maneira inédita.

Este evento foi possível graças ao trabalho comum e em rede, a partir do convite feito pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) para que o Instituto Federal Catarinense (IFC) participasse através de seu projeto de extensão Núcleo de Estudos do Contestado (NEC) da criação, construção e execução da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia onde teria lugar um evento acadêmico abordando a ciência para redução de desigualdades e tendo o Contestado como foco de debate.

Os Institutos Federais no Brasil surgem distribuídos em eixos congruentes às demandas regionais onde são implantados e são apoiados no tripé baseado em ensino,

extensão e pesquisa. Entre os anos de 2007 a 2012, várias unidades do IFSC e do IFC foram implantadas no Contestado Catarinense, em locais como Canoinhas, Videira, Caçador, Fraiburgo, Luzerna, dentre outros. O projeto de extensão NEC tem ações voltadas ao estudo da Guerra do Contestado, com atividades consolidadas desde 2013.

Quando o NEC aceitou arregaçar as mangas e compor a organização, começava a se formar novamente a irmandade no mundo caboclo, nele e a partir dele. Outras instituições, como a comunitária Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) foram chamadas e aceitaram o convite desafiador de trazer pela primeira vez um evento acadêmico deste porte para terras contestadas. Também o NEC ganhou fôlego com a introdução de novos membros externos que ajudaram e ajudam a solidificar aquilo que se lançou como proposta entre as instituições.

Muito se fala do Contestado fora de seu território e a conquista foi trazer pesquisadores importantes, estudantes de todos os níveis para apresentar trabalhos, debater e ouvir e ainda incorporar ao evento acadêmico as comunidades, líderes locais e pessoas envolvidas no resgate da cultura cabocla, na memória do Contestado.

Todos os que já tiveram a rica experiência de estar em meio ao povo caboclo do Contestado sabem sobre o espírito de irmandade e partilha que norteia a vida dessas pessoas. O fazer comunitário é traço fundante da cultura cabocla desde o modo de vida herdado das nações indígenas nativas, aos redutos de resistência durante a Guerra até a formulação e concretização deste Primeiro Congresso Nacional do Contestado, cujo resultado acadêmico podemos atestar nesta publicação, recheada de contribuições as mais diversas.

Foram 23 pesquisadores que produziram resultados, provocações, relatos de ações sobre o tema em mesas temáticas, 79 trabalhos acadêmicos inscritos para avaliação e público de 1200 pessoas circulando pelo congresso. Colaboraram com o mesmo vinte instituições nacionais, além de pesquisador internacional vinculado à ONU.

A presente obra é um dos muitos frutos decorrentes desse memorável encontro. Dos artigos aqui publicados, 15 foram apresentados no congresso, e os demais 6 trabalhos surgem a partir da rede de relações acadêmicas então constituídas ou reforçadas.

Sotaques e gentes de vários rincões se achegaram ao evento, interessadas em nossa história, o que demonstra que o Contestado é maior que nós mesmos... O Contestado vive.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
BANDA CABOCLOS REBELDES: A IDENTIDADE DO CONTESTADO EM CONCERTO	
Eduardo do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.4492003081	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>9</b>
MEMÓRIA DO COMBATE DE RIO DAS ANTAS: DESCOBRINDO VESTÍGIOS SOBRE A TRINCHEIRA DOS COLONOS	
Márcia Janete Espig	
Gerson Witte	
DOI 10.22533/at.ed.4492003082	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>21</b>
A GUERRA DO CONTESTADO E A LEI DE TERRAS IMPERIAL: UM ESTUDO DE CASO DA FAZENDA FIGUEIREDO (LAGES, 1855-1917)	
Flávia Paula Darossi	
DOI 10.22533/at.ed.4492003083	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>34</b>
CONTENDAS ENTRE CATOLICISMO POPULAR E CATOLICISMO ORTODOXO NO CONTESTADO	
Cleber Duarte Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.4492003084	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>49</b>
A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA CIDADE DE CAÇADOR	
Andrea Alves Cavalet	
Hillevi Maribel Haymussi	
DOI 10.22533/at.ed.4492003085	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>59</b>
DINÂMICA TERRITORIAL NO CONTESTADO: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE PARANÁ E SANTA CATARINA	
Diane Daniela Gemelli	
Silas Rafael da Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.4492003086	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>69</b>
DEZ ANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA EM CURITIBANOS	
Cristhiane Martins Lima Kreusch	
Renata Marafon	
DOI 10.22533/at.ed.4492003087	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>81</b>
A CONTRIBUIÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE RIO DO PEIXE PARA A PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA E MEMÓRIA DA GUERRA DO CONTESTADO	
Marcia Garbin	
Mariana Di Domenico	
Bianca De Bortoli	
Amanda Zago	
Juliana Aparecida Biasi	
DOI 10.22533/at.ed.4492003088	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>91</b>
COTIDIANO E MOVIMENTO OPERÁRIO EM RIO NEGRINHO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA REGIÃO DE FRONTEIRA COM O CONTESTADO - (1919-1982)	
Fernando Henrique de Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4492003089</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>102</b>
MEMÓRIAS DO CONTESTADO EM SALA DE AULA: UMA EXPERIÊNCIA COM O 1º ANO DO ENSINO MÉDIO	
Gerson Luiz Buczenko	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030810</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>109</b>
EXTENSÃO COMO ANIMAÇÃO DE PROCESSOS SOCIAIS: A EXPERIÊNCIA COM O ARTESANATO NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS-SC	
Cleber José Bosetti	
Zilma Isabel Peixer	
Juliana Golin Krammes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030811</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>119</b>
PROPRIEDADES TOMADAS, PROPRIEDADES INCENDIADAS, VIDAS APAGADAS!	
Viviani Poyer	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030812</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>130</b>
A RESISTÊNCIA, O SINCRETISMO RELIGIOSO E O PAPEL DE SALVAGUARDA DA MEMÓRIA DO CONTESTADO NAS BENZEDEIRAS DA REGIÃO DO CONTESTADO NO SÉCULO XXI (2000-2018)	
Flávia Rhafaela Pereira	
Silvio dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030813</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>142</b>
SÍNTESE VERDE DE NANOPARTÍCULAS DE PRATA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	
William Gustavo Sganzerla	
Ana Letícia Andrade Ferreira	
Cleonice Gonçalves da Rosa	
Ana Paula de Lima Veeck	
Michael Ramos Nunes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030814</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>156</b>
ENTRE REPETIÇÕES, CONSENSOS E CONTRASENSO: UMA POSSÍVEL TRAJETÓRIA DE JOSÉ MARIA ATRAVÉS DA HISTORIOGRAFIA SOBRE A GUERRA DO CONTESTADO (? – 1912)	
Gabriel Carvalho Kunrath	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030815</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>166</b>
NAS ENTRELINHAS DO PROCESSO JUDICIAL: O ASSALTO AO TREM PAGADOR	
João Felipe Alves de Morais	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030816</b>	

<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>176</b>
TABULEIRO DA ORTOGRAFIA: ESTRATÉGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM POR MEIO DE JOGO EDUCATIVO PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA	
David Ferreira Severo	
Bianca Gonçalves Sousa de Moraes	
Diogo Moreno Pereira Carvalho	
Marta Ferreira da Silva Severo	
Patricia Frangelli Bugallo Lopes do Nascimento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030817</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>189</b>
GUERRA, FOME E GENOCÍDIO: A SECA DA TAQUARA E O EXÉRCITO NO ENCALÇO DOS CABOCLOS DA REGIÃO DO CONTESTADO (1910-1923)	
Delmir José Valentini	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030818</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>213</b>
A CARTOGRAFIA NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL: RIO BRANCO E OS LIMITES ENTRE BRASIL E ARGENTINA (1889-1895)	
Michel Felipe Moraes Mesalira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030819</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>225</b>
O LEGADO DE UM CONFLITO: A HERANÇA DO CONTESTADO PARA A REGIÃO MEIO OESTE CATARINENSE	
Tatiana Bruna Fabian	
Tulainy Parisotto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030820</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>236</b>
O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO DE SÃO JOÃO MARIA EM SÃO MATEUS DO SUL/PR	
Alcimara Aparecida Föetsch	
Mário Sérgio Deina	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030821</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>252</b>
A REVOLTA DO CONTESTADO E O PASSADO QUE NÃO PASSA: NACIONALISMO, ABJEÇÃO E CONTEMPORANEIDADE	
Lucas Emmanoel Cardoso de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030822</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>262</b>

## A CARTOGRAFIA NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL: RIO BRANCO E OS LIMITES ENTRE BRASIL E ARGENTINA (1889-1895)

**Michel Felipe Moraes Mesalira**  
(UFSC/Florianópolis)

**RESUMO:** Pouco útil para nós, historiadores e historiadoras, a representação do gênio e ardente patriota em personagens como o barão do Rio Branco diz mais sobre a necessidade de construção de entidades nacionais do que propriamente explicar fenômenos históricos. A conquista do território de fronteira de Palmas no final do século XIX pode ser interpretada como uma mobilização de recursos para a construção do estado nacional. Frente a uma sociedade pouco homogênea, o Brasil se erigia como espaço. Países vizinhos viam um Brasil imperialista na América do Sul. Vivia-se na eminência de ganhar fundos de fronteira. O leitor encontrará fartamente nomes de cartógrafos, geógrafos, militares, bibliotecários, tratados e rios. Seguindo a palmilha do barão do Rio Branco através do arquivo do Ministério das Relações Exteriores, conservado no Itamaraty, observamos não somente a mobilização de recursos humanos, como também uma política do espaço e o atinar cartográfico que produziu um Brasil próximo ao que conhecemos hoje. Chegando a quase desistir da Missão Especial montada nos anos 1890, o barão deu mostras que a correlação de forças na disputa pela fronteira se sobrepunha a qualquer vontade ou expertise.

**PALAVRAS-CHAVE:** Barão do Rio Branco; Cartografia; Fundos de fronteira; Política do

espaço.

### 1 | BARÃO E DIPLOMATA, MAS TAMBÉM GEÓGRAFO E HISTORIADOR: A VOZ INSUSPEITA DE UM CONSTRUTOR PRÁTICO DE FUNDOS DE FRONTEIRA

José Maria da Silva Paranhos foi laureado como o responsável pela defesa da fronteira de Palmas. Não é verdade. As fontes encontradas no arquivo do Ministério das Relações Exteriores, conservado no Itamaraty, atestam não apenas a mobilização de homens para os interesses nacionais, advindos, sobretudo, de comissões científicas e da carreira diplomática, como também a mobilização de cartografias produzidas noutros contextos e que envolveram a história das Américas Portuguesa e Espanhola. Frente a isso, chamamos mobilização de recursos este conjunto de práticas que buscaram, no final do século XIX, apagar as marcas da produção de antigas cartografias, de modo que os novos sentidos atribuídos a estas velhas cartografias, ao lado, principalmente, das novas cartografias, feitas a partir dos trabalhos de comissões de limites, puderam articular-se para a “defesa” da fronteira.

A definição que daremos para cartografia é essencial para qualquer explicitação teórico-metodológica, a saber: “um conjunto de

imagens, com textualidade que revela uma retórica que confere autoridade sobre o espaço (...) instrumento de comunicação que espacializa as relações sociais”, fazendo com que circulem informações e interesses, inclusive de “vozes insuspeitas” (OLIVEIRA, 2014, p. 166). O atinar cartográfico cujo Rio Branco é ponta de lança nos anos de 1893 e 1894 revela sua capacidade de orquestrar, junto de outros nomes que orbitavam o mundo cartográfico, ilustrado e político, mapas definidos em tratados como de Madrid (1750) e Santo Idelfonso (1777), além de outros menos conhecidos e os que ainda seriam descobertos durante o momento de instalação da comissão brasileira (1893-1894), somado aos trabalhos de memórias anteriores e os da comissão mista de 1887-1888.

A cartografia levantada acompanhou outros textos escritos pelo próprio Rio Branco. Junto do geógrafo francês Émile Levasseur, escreveu para a *Grand Encyclopédie* um verbete sobre o Brasil, com publicação posterior, sob forma de livro, *Lé Brésil*, em 1889. No mesmo ano, escreveu o quinto capítulo intitulado Esboço da História do Brasil para o livro *Le Brésil* em 1889, organizado por Frederico José de Santa-Anna. Nele, Rio Branco descreve a formação territorial do Brasil desde o século XVI, trazendo à luz farta documentação como crônicas coloniais, cartas de padres jesuítas, memórias de viajantes e até corrigindo passagens do grande historiador da sua época, Francisco Vernhagen (MORAES, 2015, p. 03-09). Por tudo isso, para o geógrafo Robert Moraes, Rio Branco merece receber predicados como de “definidor das fronteiras estatais da América do Sul” e “construtor prático de territórios” (*Ibidem*, p. 02). Se nossa posição não atribui responsabilidade total a Rio Branco na Missão Especial montada no final do século XIX, no entanto não deixa que esqueçamos o atinar de políticos, diplomatas, cartógrafos, geógrafos, empresas particulares e, principalmente, de estados nacionais para a conquista de fundos territoriais, ou, como chamamos, fundos de fronteira. Robert Moraes nos oferece a definição destes fundos como “áreas ainda não devassadas(...) de conhecimento incerto e, muitas vezes, apenas genericamente assinaladas na cartografia da época”, tratando-se, portanto, das “fronteiras” ou dos “sertões compositores de espaços capazes de agudizar ainda mais a expansão do poder do estado nacional (MORAES, 2002, p. 88).

Voltando a nossa atenção para o contexto da defesa brasileira cujo Rio Branco é um dos protagonistas, o fato novo recente na política da época foi 1889 soerguer o Brasil como República. De modo que, restringindo para o que nos interessa, era também necessária a “republicanização” da diplomacia brasileira (BUENO; CERVO, s/d, p. 172). Chegando ao poder do estado, os militares ocuparam muitas posições, inclusive a estratégica pasta das Relações Exteriores, explicando também a sua notável presença em comissões científicas e em assuntos relacionados à fronteira. Os militares compunham esse grupo que historicamente esteve presente nas distantes fronteiras, construindo fortes e colônias. Na região de Palmas, por exemplo, desde 1839, ano da fundação da vila de Palmas por moradores de Guarapuava e União da Vitória, os militares estiveram presentes, estendendo a ocupação ao criarem nos idos de 1859 as duas colônias de Chopim e Chapecó (MACHADO, 2009, p. 285). Se a “republicanização” causou ou não mudanças profundas na política externa, não podemos precisar aqui, porém a política do espaço continuou uma

preocupação do estado. E se Rio Branco foi escolhido como Ministro Plenipotenciário, isso após o primeiro nome preferido e nomeado pelos militares, o barão Aguiar de Andrada, falecer no decurso da causa por Palmas, foi porque gozava de prestígio e reunia os conhecimentos necessários (ver SANTOS, 2011). Rio Branco talvez seguisse a orientação dada em 1845 por Von Martius: “A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente” (VON MARTIUS, 1845, p. 401).

Esta e outras valiosas lições formaram homens como Rio Branco (ver ROBERTO, 2008). Nossa teimosa e renitente crítica à figura do barão do Rio Branco enquanto símbolo-nacional coloca-o, ao invés, dentro do processo onde são erigidos os estados nacionais. Para que o estado ganhe unidade nacional são necessários pelo menos três elementos: uma base militar, legitimidade e convencimento (MORAES, 2002, p. 96). Se Rio Branco nunca esteve no front de batalha, certamente atuou via gabinetes, bibliotecas e tribunas, procurando defender os seus interesses que também eram os interesses desse estado-nação que estava em curso, sendo inventado durante o estado imperial e, desde cedo, no republicano. Seguir a palmilha de Rio Branco, portanto, quer dizer acompanhar um autodidata, um voraz leitor de bibliotecas, um compilador e atento observador da geomorfologia e da hidrografia que pode nos dar importantes pistas sobre a interface entre cartografia e estado nacional, sobre como produzir novos discursos a partir de outras cartografias que, se colocadas em seu contexto original, mostrarão distintas motivações para que fossem produzidas. A “voz insuspeita” de um “construtor prático” de fundos de fronteira é a nossa contribuição para a série de predicados atribuídos ao barão do Rio Branco.

## 2 | CARTOGRAFIA E FUNDOS DE FRONTEIRA: PALMAS

Sob reclamações de abundantes chuvas no verão de 1887-1888, a primeira seção da primeira turma da Comissão Mista de Limites finaliza no dia 18 de janeiro o levantamento minucioso do rio *Uruguay*, desde a foz do *Yaboty* ou *Pepiry-Mini*, abaixo do Salto Grande (ou Salto de Mocoña), até a foz do *Pepiry-Guaçû*; depois do Santo Antônio até sua confluência no *Iguaçû*. Durante quatro meses e cinco dias, os brasileiros barão de Capanema (presidente da Comissão brasileira), o capitão de fragata Guillobel (mais tarde contra-almirante), o tenente coronel de engenheiros Dionysio Castro Cerqueira (que passaria a general de brigada e membro da Câmara dos Deputados), e os argentinos coronel Garmendia (presidente da Comissão argentina), o engenheiro A. Leelstrang e o Dr. Valentin Virasoro, que viria a ser Ministro das Relações Exteriores (Fonte: AHI. Minuta das “Memórias” – Documentação de mapas com comentário dos mapas apresentados nas memórias, folha 99), lançaram os olhares mais atentos, ao modo de viajantes e naturalistas dos séculos passados e coevos, deixando-se guiar pelos saberes e pela memória de moradores locais conhecedores da geografia física da região, e produzindo, assim, valiosos diários de campo. Fruto do trabalho bruto e coletivo destes homens, estes diários carregariam muita da poeira encontrada para os gabinetes que traçariam a cartografia da

área contestada (ver GOMES, 2017). Depois desta primeira viagem a Palmas, outras duas seções descreveriam a hidrografia da região.

A seção seguinte partiu da foz do *Pepiry-Guaçu* até a foz do rio Chapecó (ou *Pequiri-Guazú*); e deste rio até a sua nascente principal, passando pelas suas cabeceiras – de onde outros rios nascem. Nessa empreitada, verificaram que as nascentes do rio San Antonio Guazú, descoberto por Oyárvide em 1791 e inexplorado, não pertenciam ao rio Chopim, mas, sim, ao rio chamado Capivaras, conforme consta em cartas portuguesas do século XVIII, e que desde 1836 era conhecido como Jangada.

A terceira seção, contando com o auxílio do major José Jardim (brasileiro) e do tenente de fragata Domecq Garcia (argentino), definiu o rio Chopim (após a segunda seção perceber a confusão feita!), desde o Passo da Balsa, no caminho de Guarapuava, até a sua foz, descendo em seguida pelo *Iguaçu*. (Fonte: AHI. Minuta das “Memórias” – Documentação de mapas com comentário dos mapas apresentados nas memórias, folhas 168-171) Estas comissões de limites foram ao longo dos séculos XVI ao XIX altamente hierarquizadas, muito porque eram também militarizadas. Era comum, durante as demarcações, misturar engenheiros, geógrafos, cartógrafos e astrônomos representantes de seus estados, como é o caso da Comissão Mista de Brasil e Argentina em 1887-1888. Essa é uma área em aberto para pesquisas, uma vez que “o estudo da formação profissional dos cartógrafos é um (...) ponto que requer atenção, tanto a de origem militar, como a de origem civil.” (GARCIA, 2007, p. 05). Outra prática era dividir as comissões por zonas para que pudessem posteriormente contrastar os territórios demarcados nos diários de campo, como foi o caso, por exemplo, do tratado de Santo Idelfonso em 1777 (MARTÍN-MÉRAS, 2012, pp. 04-08).

A Comissão Mista de Limites de 1887-1888 surgiu a partir do tratado entre Brasil e Argentina de 28 de Setembro de 1885. Essa negociação ocorreu no ano anterior, quando o Ministro das Relações Exteriores da República Argentina, respondendo ao *Memorandum* brasileiro de 30 de Dezembro, deferiu a proposta de formação de uma Comissão Mista (Fonte: AHI. Minuta das “Memórias” – Documentação de mapas com comentário dos mapas apresentados nas memórias, folha 99). Aceitar determinadas condições ou planos para solucionar a fronteira fez parte das relações entre Brasil e Argentina. A diplomacia entre os dois países no final do século XIX pode ser caracterizada como uma “paz armada” (BUENO, CERVO, s/d, p. 182) cuja “instabilidade conjuntural” surge logo após um longo período de “instabilidade estrutural” (1810-1880), marcada, sobretudo, pela Guerra do Paraguai (CANDEAS, 2017, *passim*).

Estes trabalhos exploratórios das três seções foram insuficientes para a deliberação de um acordo mútuo entre Brasil e Argentina, o que explica a necessidade do Tratado de Arbitramento de 7 de Setembro de 1889. Por seu turno, serão fundamentais para a Missão Especial brasileira nos anos 1893 e 1894, quando os Plenipotenciários barão de Aguiar de Andrada e seu sucedâneo, barão do Rio Branco, assumiram a responsabilidade de juntar mapas e documentos para a defesa da fronteira do país diante da arbitragem do presidente dos Estados Unidos da América, Grover Cleveland (Fonte: AHI. Carta “Situação do Brasil e da República Argentina em relação ao arbitramento da questão das Missões”).

Antes da chegada do barão do Rio Branco à Missão Especial no outono de 1893, o livreiro e antiquário Karl W. Hiersemann, em Leipzig, remeteu no dia 10 de Abril de 1893 uma relação com 74 mapas, além de livros e manuscritos. O Ministro do Brasil em Washington, Salvador de Mendonça, teria mostrado a “Collecção Ischudi”, catálogo nº 119, deste livreiro para o Plenipotenciário Aguiar de Andrada e o general Cerqueira, que a partir de suas escolhas, encarregar-se-ia da compra (Fonte: AHI. Anexo Nº 2 do Relatório de 14 de Abril de 1899 reportando ao Relatório de 8 de Março de 1895, escrito pelo barão do Rio Branco, folhas 114-126) Ao todo, foram fotografados onze mapas sob ordem de Aguiar de Andrada, falecido em 25 de janeiro de 1883, e depois no período interino coberto pelo general Cerqueira. Na lista de desejos constava os dois primeiros mapas organizados pelos jesuítas do *Paraguay*, ainda no século XVII, um gravado em Amsterdam por Gerard Coeck e outro em Roma por Petroschi; uma edição alemã do mapa gravado por Petroschi, feita por Matheus Seutter em Augsburg; o mapa “America Meridional” de Olmedilla de 1775; e o “Nuevo Mapa de las Provincias que Forman la Confederacion Argentina” de 1863. Estes cinco mapas fizeram parte da exposição brasileira de 1894 em Washington. Os demais seis não foram utilizados por Rio Branco (Fonte: AHI. Anexo Nº 3 do Relatório de 14 de Abril de 1899 reportando ao Relatório de 8 de Março de 1895, escrito pelo barão do Rio Branco, folhas 134-144). Houve, no período de um ano (1893-1894), constantes alterações nas escolhas e decisões da cartografia.

Anos mais tarde, o barão teria dito: “A coleção de mappas adquiridos em Leipzig nada tinha (...) de preciosa” (Fonte: AHI. Relatório de 14 de Abril de 1899 reportando ao Relatório de 8 de Março de 1895, escrito pelo barão do Rio Branco, folha 11). Tal indiferença se deve em alguma medida pelo que ele chamou de “pouca fidelidade” dos jornais do Rio Janeiro, referindo-se ao artigo publicado na capital pela Gazeta de Noticias (Fonte: Gazeta de Noticias, n. 275, Rio de Janeiro, 1898). O artigo desbancava a influência do barão na questão de Palmas e deflagrava a monumentalidade do “Mappa das Côrtes”, encontrado em Paris pelo general Cerqueira. A revolta do barão se dava pelo fato do general Cerqueira ser genro de Domingos Olympio, um dos editores do referido jornal e secretário da Missão Especial em Washington, que, além do artigo póstumo à arbitragem, publicou “papeis reservados e confidenciais” do barão entre Maio e Agosto de 1893. Para além das desavenças políticas, Rio Branco compreendeu que o “Mapa das Côrtes” não dava ganho de causa para o Brasil, e que a estratégia de persuadir o árbitro Grover Cleveland, “querendo fazer de dois rios visivelmente distintos um só rio verdadeiro” – neste caso o *Pepiry Guaçû* –, incorria em grave erro (Fonte: AHI. Relatório de 14 de Abril de 1899 reportando ao Relatório de 8 de Março de 1895, escrito pelo barão do Rio Branco, folha 47-54). Para o general Cerqueira, os demarcadores espanhóis causaram dúvidas sobre o rio *Pepiry Guaçû*, ora chamando-o “*Pepiry*”, “*Pequiry-guassú*” e até de “*Pepiry-mirim*”. Para ele, a solução da fronteira nacional seria de cunho gramatical: os brasileiros chamavam o mesmo rio de “*Pepiry-guassú*” enquanto que os argentinos de “*Pequiry-guassú*” ou “*Chapecó*” (Fonte: AHI. Notas do general Dionysio Cerqueira, escritas em 1893, para o advogado Ivins).

Em fins de Agosto, Rio Branco usou a descrição do Alto *Uruguay*, feita pelo padre jesuíta Lozano. Nela, os rios *Pepiry* e *Uruguay-Pitã* desembocam abaixo do Salto Grande, evidenciando posições mais ocidentais que aquelas reconhecidas em 1759 pelos comissários espanhóis e portugueses. A seguir, passou a medir a longitude do “Mappa das Côrtes”. Escreve, então, em 1º de Setembro, para o general Cerqueira. Na carta, conta que o único uso vantajoso deste mapa para o Brasil era medir a distância entre o litoral de Santa Catarina e a foz do *Pequiry*. No dia seguinte, o general Cerqueira visita-o e leva estes estudos iniciais para melhorar sua precisão. Dias depois, ao receber em mãos os novos traçados, encaminhou-os para seu “mestre e amigo”, Emile Sevafseur, em Nova York. No final, o barão recebeu permissão para citar o nome de Emile Sevafseur como autor desta obra, ainda que saibamos que Sevafseur encaminhou o desenho deste mapa para M. Sejeaux (Fonte: AHI. Relatório de 14 de Abril de 1899 reportando ao Relatório de 8 de Março de 1895, escrito pelo barão do Rio Branco, folha 97-105).

O segundo semestre de 1893 continuou intenso para a Comissão Especial. Para Rio Branco, “a variação do plano” neste período tornou a defesa mais forte. Nos arquivos espanhóis foram encontrados o verdadeiro “Mappa das Côrtes”, a “Instrução” de 1758, além do Tratado de 1777 e todos os documentos da primeira demarcação, os quais constituíam toda a fundamentação argentina e que era, agora, a um só golpe, desmantelada (Fonte: AHI. Relatório de 14 de Abril de 1899 reportando ao Relatório de 8 de Março de 1895, escrito pelo barão do Rio Branco, folha 107-110). Além do ministro em Lisboa, Vianna de Lima, os arquivos portugueses e espanhóis foram pesquisados por Cerqueira. Procurando o Mapa Lopez, encontrou valiosos mapas de Requena, Azara e Millau, sendo este último fundamental, pois apresentava os nomes oficiais dos rios *Pepiry*, *Pequiry* e *Pepiri-guaçu* (Fonte: AHI. Telegrama do general Cerqueira para o barão do Rio Branco, Madrid, 26 de Novembro de 1893). A ida do general Cerqueira à Lisboa e Madrid, aliás, assumiu caráter de urgência, fazendo com que o governo brasileiro não fosse previamente notificado, conforme ele mesmo lamentou (Fonte: AHI. Ofício expedido pelo general Cerqueira, em Nova York, para o secretário Gresham, 10 de Novembro de 1893). As duas semanas nos arquivos renderam, certamente, bons frutos para os interesses brasileiros, mesmo que as observações do barão, há pouco comentadas aqui, melhorassem a compreensão do “Mappa das Côrtes”.

A chamada “variação do plano”, no final do ano de 1893, não foi, porém, tranquila. Rio Branco conta que o seu predecessor, barão de Aguiar de Andrada, havia incumbido o advogado Ivins para o preparo de um Memorandum, e que depois de “revisto e retocado”, seria remetido para o governo. Em 17 de Junho, já nomeado Ministro Plenipotenciário, Rio Branco comunicou o advogado Ivins que o documento de defesa seria compromisso da Missão Especial. Assumindo responsabilidade total por suas ideias sobre a causa nacional, lembrava casos semelhantes envolvendo tanto o Visconde do Uruguay, nas conferências de Paris, quanto o barão de Cotegipe, no tratado de limites com o Paraguai. De modo que a tradição brasileira nas questões diplomáticas, pelo menos desde 1872, foi investir de plenos poderes um Ministro Plenipotenciário. Junto a isso, era preciso conhecer e manter um bom

relacionamento com o juiz arbitral, e, claro, conhecer a questão. Naquele momento, isto é, em Junho de 1893, Rio Branco tratava de convencer as demais autoridades nacionais, notadamente militares, da necessidade da “variação do plano”, pois, naquela altura, estava, como ele mesmo disse, “com as mãos presas”. A dramaticidade aumenta ainda mais ao revelar que o general Cerqueira prometia se demitir do cargo. E, igualmente descontente, o barão pedia licença para fazer a mesma declaração. Rio Branco achava o Memorandum de 1884 mais elaborado se comparado ao que o país possuía até então. Considerando a evidente retórica utilizada nas suas comunicações oficiais, sabia o barão que precisava apelar para o presidente Marechal Floriano Peixoto (1891-1894) se quisesse mudar os rumos da defesa do Brasil. É certo que a documentação juntada até Junho não era desprezível como fazia crer. Não podemos assumir as declarações do barão descoladas do contexto em que interesses de força maior estavam em disputa. Apenas a título de exemplo, o barão afirmou que os argentinos tinham o original “Mappa das Côrtes”, quando na verdade só viria a ser encontrado meses mais tarde pela delegação brasileira, como vimos anteriormente (Fonte: AHI. Ofício expedido pelo barão do Rio Branco para o Ministro Felisbello Freire. Nova York, 5 de Agosto de 1893).

### 3 | AS CARTOGRAFIAS DE BRASIL VS. ARGENTINA

O primeiro mapa da Missão Especial brasileira foi o “Mappa do Paraguay”, conseguido através do livreiro e antiquário Karl W. Hiersemann, em Leipzig, como comentamos a pouco. No seu contexto original de produção, foi oferecido ao Vicente Carrafa, então Geral da Companhia de Jesus (1645-1649), gravado em Amsterdã e publicado no atlas de J. Blaeu. Considerando seu contexto de produção, serviu aos comissários brasileiros para mostrar:

- a posição das missões jesuíticas da província do *Paraguay* e das duas cidades espanholas na região do *Guayra e Iguazû*, destruídas pelos bandeirantes dirigidos por Antonio Raposo Tavares (1630-1632);
- a posição das missões fundadas (1626-1630) ao sul e oriente do *Uruguay*, e também destruídas pelos bandeirantes paulistas (1635-1638);
- que a nova posição estabelecida pelos remanescentes das missões atacadas após a dispersão ficou entre os rios *Uruguay* e *Paraná*; e,
- finalmente, fica provada a ausência de qualquer missão jesuítica no território sob litígio, chamado Ibituruna.

Além deste, os dois outros mapas do Padre Vicente Carrafa são idênticos na representação física do território, possuem o título comum “Paraquaria cum adjacentibus” e compartilham o mesmo contexto de produção. Para o barão, a posição repetida do rio *Guanumbaca* nos três mapas é fundamental para a arguição. Percebe que o rio *Pepiry* já era conhecido no início do século XVII e, tomando dois mapas do século XVIII, também construídos pelos jesuítas, um gravado em Roma por Petroschi, em 1726, e outro em Augsburg por Leuttero, em 1730, revela o progresso feito por geógrafos da Companhia de Jesus no conhecimento do curso superior do rio *Uruguay*. Neles, o rio *Pepiri* desemboca no *Uruguay* acima do rio *Guanumbaca*; da foz do *Pepiri* para cima notabiliza-se certa

diferença no curso do *Uruguay*, inclusive com detalhes geográficos inexistentes nos mapas do século XVII. Descobriu-se que acima do rio Pepiri desaguavam dois rios no *Uruguay*: o *Uruguay-Pitá* e o *Uruguay-mini*; e que entre estes dois existia outro rio sem nome e que em relação ao *Uruguay-mini* se afastava 20 milhas.

Este rio sem nome sequer consta no famoso “Mappa das Côrtes”. Os argentinos defendem, portanto, que o rio *Pepiry* ou *Pequiri* do Tratado de 1750 não é o mesmo demarcado em 1759 por Alpoym e Arguedas, e o encontram acima do *Uruguay-Pitá*. Diferente do comportamento argentino, o barão acreditava nos trabalhos feitos pelo geógrafo espanhol Francisco Millau, responsável pelo curso superior do *Pepiry*. Aliás, a reação negativa da Argentina aos mapas da América Meridional feitos por espanhóis como Millau ou Olmedilla é identificada pelo barão, que, buscando desfazer a imagem ruim destes cartógrafos transmitida pelos argentinos, procurou mostrar como eram conhecedores do território em disputa, recorrendo às suas biografias em estantes de bibliotecas militares. Francisco Millau depois de mapear todo o curso do Santo Antonio, só não fez o mesmo com o curso superior do *Pepiry* porque lhe faltaram recursos (Fonte: AHI. Minuta das “Memórias” – Documentação de mapas com comentário dos mapas apresentados nas memórias).

A Missão Especial optou, quando possível, pelo estudo comparativo dos mapas, sobrepondo-os para efeito de evidenciar as distinções cartográficas do espaço representado. Rio Branco compara, por exemplo, o mapa manuscrito espanhol, provavelmente produzido no Rio da Prata e retocado em 1760, com o mapa manuscrito português de Pacheco de Christo e que também foi feito em 1760. Dessa comparação, extrai a informação de que o afluente da margem esquerda do *Uruguay* corre para a foz do *Uruguay-Pitã*, entre as do rio Ipané e *Guanumbaca*. Esse trecho ficou chamado, no século XVIII, *Paricay* (conhecido na época do litígio por Turvo). Descobre, então, que antes de ser chamado *Paricay era Uruguay-Pitã*, e que depois da demarcação de 1759, *Uruguay-Pitã* passou a estar um rio acima do Salto Grande.

Há outros seis mapas sobrepostos a fim de visualizar o contraste facilitado pelo uso das cores azul e vermelho. Rio Branco encaminhou estes trabalhos para os cartógrafos da empresa Julius Bien, uma vez que o escritório da *American Bank Note* não dispunha de pessoal especializado para trabalhos cartográficos. Estes seis mapas sobrepostos comporiam a parte dos anexos da defesa em 1894. Como resultado das atividades da Comissão Mista de 1887-1888, foram feitos três mapas: o primeiro com a foz do *Pepiry Guaçû*; o segundo com a seção do rio Uruguay entre a foz do Guarita (*Uruguay-Pitã* de 1759) e a do *Pepiry-Guaçû*; e o terceiro com a seção do Iguaçû desde o Salto Grande até a foz do Santo Antonio. Estes três mapas foram essenciais para a inteligência das Instruções Espanholas de 1779 (Fonte: AHI. Minuta das “Memórias” – Documentação de mapas com comentário dos mapas apresentados nas memórias).

A partir de duas cópias ruins traduzidas por alguns cubanos e um venezuelano para o inglês da exposição argentina, contendo cada exemplar 334 páginas, 20 mapas e 762 páginas de documentos, e remetidas à Secretaria de Estado do Brasil em 1895, o

barão acessou as alegações da causa argentina. O Ministro Plenipotenciário argentino, Estanislao Zeballos, também apresentou um volume com artigos em que responde ao Ministro Capanema, e outros dois volumes, onde se encontram 52 mapas apresentados ao árbitro. No folheto intitulado “Misiones”, em resposta ao Ministro Capanema, Zeballos modifica o itinerário percorrido por Cabeza de Vaca, fazendo-o passar por Chapecó. Rio Branco confrontou-o com dois mapas da expedição de Cabeza de Vaca, datados de 1541 e 1542. Feito isso, chamou de “expediente infantil” as falsas localizações de Posadas, San Javier, Concepción, Santo Tomé e outras pertencentes ao território litigioso.

Há um mapa argentino em que Zeballos transfere o rio Acariguá mais a Oriente, levando consigo o Departamento de Monteagudo. Esse mesmo deslocamento cartográfico foi feito para o Departamento do Iguazú, estendido até o rio Jangada (Fonte: AHI. Minuta do Ofício nº 25, no qual o barão do Rio Branco faz um comentário da Memória Argentina, apresentada por Zeballos, em 4 de Março de 1895). Zeballos utilizou o princípio jurídico do *uti possidetis*, indicando lotes de terra na fronteira que supostamente foram concedidos e medidos pelo governo argentino. No mapa intitulado “Territory of Misiones in Accordance with the Argentine Laws Presents to the Arbitrator”, é mostrado o “Territory in Arbitration”, abrangendo os Departamentos de Posadas, de San Martin, de Pirai, de Iguazú e de Monteagudo. Confundindo-se com essa área, estão as “Land grants made and located by the Argentinement, within the levied in Arbitration”, divididas e numeradas de 1 a 10, sendo a porção sul, acima do rio Uruguay, partilhada entre os proprietários Dolores Caceres, Antonio Caceres, Esquivel Galaraza, J. A. Compura e Olegario Andrade; e a porção norte, abaixo do rio Iguazú, partilhada entre os proprietários Pizarello, Claudio Rolon, Francisco P. Rolon, Pablo M. Yansi e E. J. Montenegro (Fonte: AHI. Mapas). O Plenipotenciário argentino ainda fez questão de localizar o engenho de Kasten na propriedade conferida a J. A. Campora, repetindo esta informação em outros mapas produzidos pela Comissão argentina, evidenciando não apenas a ocupação de fronteira, mas também alguma atividade econômica. Para legitimação jurídica de terras havia respaldo da moradia habitual e cultura efetiva, e certamente Zeballos sabia disso.

Diante da argumentação argentina, Rio Branco chamou a atenção para o fato de que, considerando esta suposta ocupação, a colônia militar de Chopim estaria dentro da administração argentina, e, estranhamente, nunca teria sido motivo para tensões entre os dois países. Além de que Zeballos não apresenta as datas, nem leis ou documentos que confirmem as tais concessões. Já nos “Maps of the discoveries” quase todas as datas de fundações das missões jesuíticas estão ou equivocadas ou nunca chegaram a existir. Zeballos teria colocado uma “imaginária povoação” em Palmas, desde 1612. E para terminar os comentários de Rio Branco à documentação adversária, qualificou a exposição como “série de injúrias a Portugal e ao Brasil”, feitas por homens que ainda vivenciavam a experiência da Guerra do Paraguai e cobravam do Brasil considerações uma vez que, se não fossem eles, os argentinos, o Brasil seria um país “derrotado e desmembrado” (Fonte: AHI. Minuta do Ofício nº 25, no qual o barão do Rio Branco faz um comentário da Memória Argentina, apresentada por Zeballos, em 4 de Março de 1895). O apelo moral caracterizou

os trabalhos da Comissão Argentina naqueles anos de impasse.

Para a exposição brasileira de 8 de Fevereiro de 1894 foram seis tomos: I. a exposição vertida para o inglês, com três mapas; II. o texto original da exposição, em português; III. apêndice de documentos vertido para o inglês; IV. o texto original, em português ou espanhol, dos documentos vertidos para o inglês no tomo III; V. trinta e quatro mapas precedidos de uma notícia; VI. vinte e nove mapas maiores (Fonte: AHI. Minuta das “Memórias” – Advertência). Dedicar dois tomos para mapas (V e VI), além do tomo I apresentar outros três mapas, evidencia não só a relevância da cartografia enquanto instrumento de negociação política, mas que ela, metodologicamente, precisava acompanhar a produção de outros textos escritos. Essa observação reforça nossas primeiras considerações quando identificamos os textos *Le Brésil* e *Esboço da História do Brasil*, ambos de autoria do barão, como essenciais se colocados ao lado de uma ampla cartografia em produção no século XIX.

Podemos, agora, dar um passo além: o domínio territorial e a existência do estado dependem do reconhecimento externo (MORAES, 2002, p. 102). Ora, as duas obras citadas serão publicadas e lidas no exterior. E mesmo após o laudo de arbitramento, em 5 de Fevereiro de 1895, declarando vitória ao Brasil, não apenas jornais estadunidenses como *New York Herald*, *New York Tribune*, *New York Times* e *Democrat de Grand Rapids* (Michigan) repercutiram a notícia, como também será noticiada “em toda a América” sugerindo a “vantagem da Arbitragem” para “settlement of international differences” (Fonte: AHI. Ofício expedido pelo barão do Rio Branco, em Washington, 8 de Fevereiro de 1895). França e Alemanha receberão o comunicado oficial da decisão final, a cópia do conjunto cartográfico e demais documentos juntados para a defesa brasileira (Fonte: AHI. Ofício do barão do Rio Branco para Jules Patenôtre, Embaixador da França, Washington, 5 de Abril de 1895); Ofício do barão do Rio Branco para von Laurena-Jeltsch, Embaixador do Império da Alemanha, Washington, 5 de Abril de 1895).

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A “voz insuspeita” de um “construtor prático” de fundos de fronteira, ou simplesmente barão do Rio Branco, deixou cartas, correspondências, comentários, memórias, transcrições, relatórios e extensa cartografia. Essa documentação foi por nós analisada considerando o contexto específico do nascente estado republicano. Buscamos compreender os sentidos atribuídos por diplomatas, cartógrafos, geógrafos, militares e bibliotecários às cartografias mais ou menos conhecidas. Certamente a hidrografia da região de Palmas ficou bastante privilegiada pelo olhar destes especialistas, não sendo exagero algum afirmar que o delineamento do curso de rios em boa medida foi responsável pela construção da política do espaço, pela conquista de fundos de fronteira. Uma boa pergunta que deverá ser devidamente enfrentada é: em países periféricos e dependentes do reconhecimento externo, como no caso brasileiro, quais os limites e condições para construir um estado

que avança territorialmente e que passa a administrar novas fronteiras?

## REFERÊNCIAS

Arquivo Histórico do Itamaraty, AHI. **Minuta das “Memórias” – Documentação de mapas com comentário dos mapas apresentados nas memórias.** Lata 855, maço 03, pasta 5D.

\_\_\_\_\_. **Carta “Situação do Brasil e da República Argentina em relação ao arbitramento da questão das Missões”**, de Salvador Mendonça, Washington 19 de Maio de 1892. Lata 855, maço 03, pasta 07.

\_\_\_\_\_. **Anexo Nº 2 do Relatório de 14 de Abril de 1899 reportando ao Relatório de 8 de Março de 1895, escrito pelo barão do Rio Branco.** Lata 855, maço 01, pasta 02.

\_\_\_\_\_. **Anexo Nº 3 do Relatório de 14 de Abril de 1899 reportando ao Relatório de 8 de Março de 1895, escrito pelo barão do Rio Branco.** Lata 855, maço 01, pasta 02.

\_\_\_\_\_. **Relatório de 14 de Abril de 1899 reportando ao Relatório de 8 de Março de 1895, escrito pelo barão do Rio Branco.** Lata 855, maço 01, pasta 01.

\_\_\_\_\_. **Notas do general Dionysio Cerqueira, escritas em 1893, para o advogado Ivins.** Lata 855, maço 03, pasta 01.

\_\_\_\_\_. **Telegrama do general Cerqueira para o barão do Rio Branco, Madrid, 26 de Novembro de 1893.** Lata 855, maço 02, pasta 06.

\_\_\_\_\_. **Ofício expedido pelo general Cerqueira, em Nova York, para o secretário Gresham, 10 de Novembro de 1893.** Lata 855, maço 02, pasta 01.

\_\_\_\_\_. **Ofício expedido pelo barão do Rio Branco para o Ministro Felisbello Freire. Nova York, 5 de Agosto de 1893.** Lata 855, maço 02, pasta 05.

\_\_\_\_\_. **Minuta do Ofício nº 25, no qual o barão do Rio Branco faz um comentário da Memória Argentina, apresentada por Zeballos, em 4 de Março de 1895.** Lata 855, maço 03, pasta 04.

\_\_\_\_\_. **Mapas.** Lata 857, maço 4, pasta 01.

\_\_\_\_\_. **Minuta das “Memórias” – Advertência.** Lata 855, maço 03, pasta 5A.

\_\_\_\_\_. **Ofício expedido pelo barão do Rio Branco, em Washington, 8 de Fevereiro de 1895.** Lata 855, Maço 02, Pasta 01.

\_\_\_\_\_. **Ofício do barão do Rio Branco para Jules Patenôtre, Embaixador da França, Washington, 5 de Abril de 1895); Ofício do barão do Rio Branco para von Laurena-Jeltsch, Embaixador do Império da Alemanha, Washington, 5 de Abril de 1895.** Lata 855, Maço 02, Pasta 05.

BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. **História da Política Exterior do Brasil.** 4ª ed. Brasília: Ed. UnB, s/d.

BURNS, E. Bradford. Rio Branco e a sua política externa. **Revista de História**, v. 28, n. 58, 1964, pp. 367-381.

CANDEAS, Alessandro. **A integração Brasil – Argentina: história de uma ideia na “visão do outro”.** 2ª ed. Brasília: FUNAG, 2017.

GARCIA, João Carlos; VARGAS, Héctor Mendoza. A história da cartografia nos países ibero- americanos. **Terra Brasilis**, 7-8-9, 2007, pp. 1-15.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. Relatos, esboços e cadernetas de campo. **Terra Brasilis**, 8, 2017, pp. 1-12.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Colonização e conflitos no sul do Brasil: estudos sobre os Campos de Palmas. In: MOTTA, Márcia Menendes; et. al. **História Agrária: propriedade e conflito**. Guarapuava: Unicentro, 2009.

MARTÍN-MERÁS, Luisa. Fondos cartográficos y documentales de la Comisión de Límites de Brasil en el siglo XVIII en el Museo Naval de Madrid. **Terra Brasilis**, v. 7-8-9, 2012.

MORAES, Antonio C. R. O Barão do Rio Branco e a Geografia. **Terra Brasilis**, 5, 2015, pp. 1-20.

\_\_\_\_\_. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Desconstruindo mapas, revelando especializações: reflexões sobre o uso da cartografia em estudos sobre o Brasil colonial. **Revista Brasileira de História**, v. 34, n. 68, 2014, pp. 151-174.

ROBERTO, Giordano Bruno Soares. **O Direito Civil nas Academias Jurídicas do Império**. 2008. 608 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. O Barão do Rio Branco como historiador. **Revista Brasileira**, n. 69, vol. XVIII, 2011.

VON MARTIUS. **Como se deve escrever a história do Brasil**. IHGB, Tomo VI, n. 24, 1845.

# REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

Ano 2020

# REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 